

notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNE
ANO X - Nº 3 - Julho/99
PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

FNE Presente no 1º de MAIO

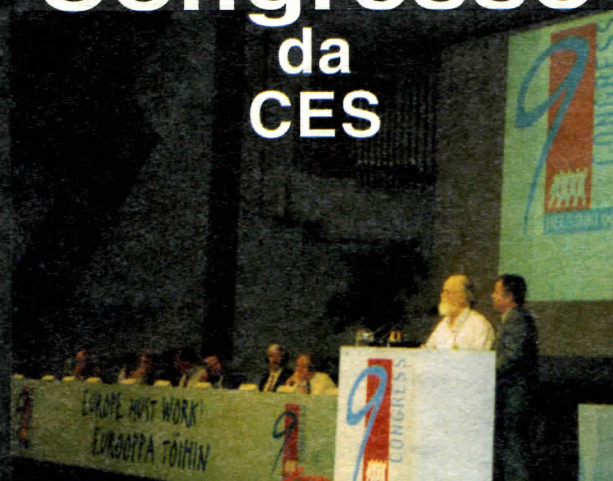


p.4

**Impasse nas Negociações
das Carreiras do Pessoal
Docente das Escolas** p.8

**Só coma mobilização de
todos os trabalhadores
podemos impôr uma
solução dignificadora**

Congresso da CES



p.14

Notícias da Federação

Jornal da FNE
Ano X - Nº 2 Abril/99

Preço : 100\$00

Periodicidade
Bimensal

Proprietário:
Federação Nacional dos Sindicatos da Educação

Directora:
Maria Manuela Teixeira

Colaboradores:
João Dias da Silva
Paula Borges

Design Gráfico:
Paula Melo

Sindicatos Membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte
Sindicato dos Professores da Zona Centro
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato Democrático dos Professores do Sul
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas
Sindicato dos Delegados e Subdelegados Escolares
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

Impressão:
Tipografia Nunes

Redacção:
Rua Costa Cabral, 1035 - 4200 Porto

Distribuição:
FNE

Registo na D.G.C.S.
Nº 115519

Nº Depósito Legal
53657/92

Tiragem:
50 000

Manuela Teixeira eleita presidente da UGT

Tendo o presidente da UGT, Manuel António dos Santos, renunciado ao mandato por razões de índole pessoal e profissional, o Conselho Geral da UGT reunido, no dia 25 de Maio último, elegeu por grande maioria Manuela Teixeira, Secretária Geral da FNE, como Presidente da Central.

Reunião de Direcção e do Conselho Geral da FNE em Mira

Nos próximos dias 16 e 17 de Julho a Direcção e o Conselho Geral da FNE vão reunir em Mira. Como já vem sendo hábito esta reunião será seguida do também já habitual convívio de Fim de Ano.

Em agenda, para além das Informações estão a discussão das Questões de Política Educativa relacionadas com a implementação do Modelo de Administração das Escolas, a Gestão Flexível de Currículos e ainda o Sistema de Acreditação da Formação Inicial de Professores (INAFOP).

Muitos Dossiers ainda em Aberto

Apesar de, no ano lectivo de 1998/99, se terem negociado diplomas fundamentais para a carreira dos professores, permanecem em aberto dossiers que a FNE reputa importantes.

Assim, as questões que se relacionam com a Educação Especial, o Ensino Superior, a concretização do Adicional ao Acordo de Revisão do Decreto-Lei nº 409/89 e que prevê a criação de novos índices para Mestres e Doutores são alguns dos dossiers que a FNE considera estarem em aberto e se propõe continuar a lutar para que sejam resolvidos.

Negociações no Ensino Particular

No passado dia 29 de Junho a FNE iniciou as negociações com a Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) tendentes à revisão do Contrato Colectivo de Trabalho do sector.

A FNE apresentou uma proposta de aumento salarial de 5% para todos os trabalhadores do ensino particular e cooperativo, propondo, ainda, alterações à carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário por forma a equipará-las à carreira do ensino oficial.

A proposta de bases para negociação da AEEP tem algum avanço no que respeita à carreira, dado que propõe, também, uma redução da duração da carreira para 28 anos. Porém, no que respeita aos aspectos salariais a proposta da AEEP é de um aumento de 2% para os trabalhadores docentes e de 2,25% para os trabalhadores não docentes, o que fica muito aquém da nossa proposta.

DEMASIADAS QUESTÕES POR RESOLVER

Ao longo do ano lectivo que agora termina registaram-se significativos avanços ao nível da acção reivindicativa mas continua escandalosamente atrasada a concretização, em diploma legal, de vários acordos celebrados. De entre estes merece destaque a ausência de publicação dos novos vencimentos dos **professores de português no estrangeiro**, pelo prejuízo grave que está a criar a profissionais que viram os seus salários diminuídos, em valor nominal, em Setembro último através de um acto unilateral do Governo.

Mas outras matérias - discutidas e praticamente acordadas com o Ministério da Educação - encontram-se por resolver, como é o caso da revalorização dos **professores do ensino superior** e o da clarificação do binómio horário de trabalho/tempo de serviço para aposentação dos professores do primeiro ciclo que trabalham no **ensino especial**.

Referência de muito vivo repúdio nos merece a actuação da equipa ministerial relativamente às negociações das **carreiras dos trabalhadores não docentes das escolas** em que, depois de quase concluído um acordo, o Ministério voltou atrás sem qualquer explicação satisfatória.

Ligado a este processo, o Ministério teve a ousadia de violar a lei da greve pedindo aos professores que substituíssem funcionários em greve por ocasião dos exames do 12º ano. É esta uma situação intolerável que deve merecer de todos nós um vivo repúdio, mesmo se esta greve não foi por nós convocada.

A luta dos trabalhadores não docentes das escolas é uma luta justa. Os professores devem dar-lhe o seu apoio e não permitir que o direito de greve - que é um direito inalienável nas sociedades democráticas - seja posto em causa, como ocorreu agora.

Em vários aspectos de política educativa o Governo transformou as escolas num vasto laboratório de experiências, o que não deixa de preocupar os profissionais da Educação que somos.

Prosseguiremos o caminho que vimos trilhando, desde sempre, dispostos a avançar propostas, a negociar soluções, a fazer acordos, mas, também, a denunciar os erros e os atropelos quando estes ocorrem, a recorrer à luta quando ela seja indispensável. Em qualquer das situações **estaremos a bater-nos por uma melhor EDUCAÇÃO e pelos trabalhadores - docentes e não docentes - que nos cabe representar.**

Manuela Teixeira

1º de Maio de 1999 - 25 anos de liberdade sindical

1º de Maio data legado histórico para todos os trabalhadores do Mundo inteiro.

1º de Maio de 1999 data legado histórico para os trabalhadores portugueses. Esta é a data dos 25 anos de sindicalismo democrático, livre.

25 anos de liberdade sindical, de possibilidade de os trabalhadores se organizarem, de poderem ter voz e de contribuírem solidária e responsavelmente

de trabalhadores que encheram o recinto.

E a sua presença, se não fora já sentida pelo número e qualidade dos seus pavilhões, fez-se sentir no momento em que o Secretário Geral da UGT, acompanhado pela actual Presidente da Central, Manuela Teixeira, pelo anterior Presidente e pelos Vice Presidentes e membros do Secretariado Executivo da UGT se dirigiu aos trabalhadores.

Desse momento queremos ressaltar com João Proença as conquistas do 25 de Abril: o progresso económico e social registado, a criação do salário mínimo, o subsídio de desemprego - que muito em breve se espera ter também consagrado para os professores contratados -, os avanços na área da educação que permitiram a consagração de um Estatuto da Carreira Docente, o alargamento da escolaridade obrigatória, entre outros.

João Proença na sua intervenção afirmou, ainda que "Setudo isto foi possível fazer-se em 25 anos de liberdade, se podemos hoje com convicção afirmar que trabalhámos e vivemos melhor, estamos também confrontados com novos

para um Portugal mais desenvolvido, mais parte da Europa de que sempre fez parte.

1º de Maio data de festa para todos os trabalhadores dos Sindicatos da FNE. E data de festa porque os sindicatos fundadores festejam também os seus vinte e cinco anos de existência.

E porque data de festa, todos os sindicatos da FNE estiveram presentes, em Belém, na festa da UGT.

O pavilhão da FNE era longo, bonito, alegre. Em toda a sua extensão os onze sindicatos da Federação (o SPZN, o SPZC, o SDPGL, o SDPSul, o SDPAçores, o SDPMadeira, o SPCL, o SINDLEP, o STAAE-ZN, o STAAE-ZC e o STAAE-Sul e Regiões Autónomas) hastearam as suas bandeiras e pendões. Mostraram como de Norte a Sul e nas regiões Autónomas a voz dos professores e dos trabalhadores da educação se ergue bem alto na defesa daqueles que representam. E fizeram-no com alegria, com a participação vasta de centenas

problemas sociais que precisamos de combater. As desigualdades agravaram-se, aumentou a precariedade no emprego, o desemprego é insustentável e gera a pobreza e a exclusão, a droga constitui-se como chaga social. Eis alguns dos novos desafios que a UGT e todos os seus sindicatos enfrentam e que procuram combater".



Negociação colectiva, legislação laboral que favoreça os trabalhadores, mais desenvolvimento económico e social, maior

1º de Maio de 1999 - 25 anos de liberdade sindical

qualificação dos trabalhadores, melhor qualidade de emprego e maior participação são, portanto, alguns dos desafios que qualquer um de nós



enquanto cidadão, integrado em organizações sindicais livres e democráticas enfrenta. No fim da sua mensagem João Proença afirmou “os sindicatos são e serão cada vez mais necessários. Só através da sua acção e na defesa dos seus valores fundamentais que permanecem imutáveis - a Justiça e a solidariedade - poderemos construir o futuro que todos desejamos para Portugal. Os sindicatos da UGT, têm um passado e um presente de que se orgulham e querem contribuir através da sua capacidade de reivindicação a sociedade do próximo milénio.”. Por último o Secretário Geral da UGT exortou todos os trabalhadores a em conjunto “lutarmos cada vez mais, com mais força para a construção de uma Sociedade mais justa e solidária, com Liberdade e Participação pela afirmação permanente dos valores do 25 de Abril.”

Assembleia Geral do CSEE

Paula Borges reeleita como Vice-Presidente do CSEE

A Assembleia Geral do Comité Sindical Europeu (CSEE) elegeu no passado dia 27 de Maio, Paula Borges como Vice-Presidente daquela organização sindical europeia. Trata-se de uma importante vitória para o sindicalismo português em geral e para a FNE em particular, porquanto houve, pela primeira vez, quatro candidaturas aos três lugares de Vice-Presidente desta Organização (entre as quais duas candidaturas de mulheres). Paula Borges foi eleita como Vice-Presidente, continuando deste modo a ocupar as funções que vem desempenhando, com uma significativa diferença de mais de 1000 votos em relação à outra concorrente ao lugar, uma sindicalista da FETECCOO de Espanha.

A Assembleia Geral do CSEE decorreu no



Luxemburgo em 27 e 28 de Maio passado, tendo a delegação da FNE que esteve presente nesta reunião magna de todos os sindicatos da Educação da

Europa (da União Europeia e da EFTA) integrado os Vice-Secretários-Gerais Luís de Melo e José Ricardo, juntamente com Josefa Zurzica, Conceição Cerqueira, Carlos Guimarães e João Dias da Silva.

Esta assembleia, para além de ter aprovado o relatório e as contas do biénio de 1997/99, aprovou o plano de acção para o biénio 1999/2001, tendo procedido à eleição dos novos Corpos Gerentes, tendo-se registado a reeleição de Doug McAvoy para o lugar de Presidente do CSEE.

Assembleia Geral do CSEE e Comité Regional da IEE

CSEE define um ambicioso programa de acção para 1999-2001

A Assembleia analisou com grande pormenor um conjunto significativo de nada mais nada menos do que 25 vectores de intervenção político-sindical, de entre os quais se destacam: melhoria da formação inicial e contínua dos professores e dos outros trabalhadores da Educação; qualidade na educação e na formação; reconhecimento mútuo de diplomas e livre circulação de professores e de outros trabalhadores da educação; ensino superior e investigação; educação pré-escolar; formação profissional; educação e formação ao longo de toda a vida; violência; novas tecnologias e ensino à distância; igualdade de oportunidades em educação; educação intercultural; ensino de línguas estrangeiras; educação de crianças com deficiências; educação para a cidadania democrática; condições de trabalho e protecção social na União Europeia; luta pelo emprego e contra a exclusão social.

Em termos de acções concretas a desenvolver no biénio de 1999-2001, registam-se alguns dos compromissos agora assumidos no Luxemburgo:

- controlar, influenciar e avaliar as evoluções no domínio da qualidade em educação ao nível das instituições europeias, com realce para aquelas que dizem respeito à implementação dos indicadores da qualidade, e isto no que diz respeito a: articulação da avaliação interna e externa; trabalho contínuo para o desenvolvimento de indicadores de qualidade;
- influenciar as instituições da União Europeia no sentido de: alargar a educação pré-escolar gratuita a todas as crianças desde o mais

cedo possível até à idade escolar; melhorar a qualidade da educação pré-escolar, nomeadamente ao nível do recrutamento dos seus docentes; melhorar a qualidade da formação inicial e contínua para os docentes da educação pré-escolar;

- realizar um estudo sobre as possibilidades e implicações para os professores da formação ao longo de toda a vida, bem como acerca das consequências sobre as condições de trabalho e o financiamento das escolas na União Europeia;
- intervir junto dos responsáveis encarregados pelas políticas educativas em favor do desenvolvimento de uma educação intercultural real na base do projecto do CSEE.

Internacional da Educação-Europa reuniu em Assembleia Geral

- Defesa da escola pública e a situação no Kosovo no centro das discussões

No dia 26 de Maio, reuniu também no Luxemburgo a assembleia geral do Comité Regional Europeu da Internacional da Educação. Esta Internacional integra 72 organizações sindicais dos 15 países da União Europeia e ainda de Malta, Noruega e Suíça, para além de mais 40 organizações da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Israel, Letónia, Lituânia, Macedónia, Polónia, Roménia, Federação Russa, Eslováquia, Eslovénia, Turquia e Jugoslávia.

Esta reunião serviu para eleger os novos dirigentes da IE-Europa para 1999-2001 e ainda para aprovar o programa de acção para o mesmo

Assembleia Geral do CSEE e Comité Regional da IEE

período de tempo.

Entretanto, e para além da importância atribuída ao balanço da acção desenvolvida no último biénio e à definição do plano de acção para o período de 1999-2001, a atenção dos participantes foi dominada pela apreciação da situação no Kosovo, com particular destaque para as crianças e jovens. Com efeito, muitas intervenções apontaram no sentido de que a comunidade internacional tem que intervir de uma forma muito clara no apoio aos milhares de refugiados que têm procurado sobretudo a Albânia e a Macedónia (países de recursos escassos e que vêem agora a sua população crescer para níveis não previstos).

O apoio humanitário a estes refugiados foi considerado essencial, mas deu-se uma atenção muito particular à necessidade de integrar as crianças e jovens em sistemas educativos que os acolham e que lhes permitam o prosseguimento de estudos.

Aliás, neste sentido, o estabelecimento de escolas nos campos de refugiados está a ser considerado de uma forma muito cuidadosa.

A Internacional da Educação-Europa já enviou à Albânia e à Macedónia uma equipa de investigação, a qual concluiu que só em campos de concentração da Albânia estavam pelo menos 150 000 crianças e jovens em idade escolar, registando-se aí a presença de cerca de 8 000 professores. Na Macedónia, a situação é muito mais complexa, sendo muito difícil determinar a dimensão do

número de refugiados, já que estes, para além de estarem distribuídos por campos de refugiados, foram acolhidos pela população civil, havendo mesmo já muitas crianças integradas em escolas locais.

Deste modo, para além dos registos das organizações sindicais locais, os participantes na assembleia geral da IE-Europa convergiram na necessidade de se articularem esforços para o apoio humanitário aos refugiados e para a denúncia das atrocidades cometidas pelo regime de Milosevic.

Outra matéria que ocupou uma parte significativa dos trabalhos foi a apreciação global da situação da promoção de uma escola pública de qualidade em toda a Europa.

A Assembleia considerou que se estão a registar algumas tendências nefastas em termos de privatização de numerosos serviços públicos em relação ao direito de todos ao acesso à educação, em particular para os mais desfavorecidos.

Assim, foi deliberado mandar o comité regional para estabelecer os partenariados apropriados com o movimento sindical europeu, os meios de comunicação social e as organizações não governamentais; foi ainda mandatado o comité regional europeu para organizar no mês de Abril do ano 2000 uma iniciativa europeia que junte todas as organizações filiadas do continente europeu com os parceiros integradores do movimento de defesa da escola pública.

Agora informações actualizadas através do endereço da FNE na INTERNET

Para aceder à nossa homepage digite:

www.fne.pt

Impasse nas Negociações sobre a Carreira

Após três anos de negociações em que, nas múltiplas reuniões havidas, foram expostas e debatidas as propostas de ambas as partes quer no que diz respeito ao papel dos trabalhadores não docentes numa escola de qualidade- que responda aos desafios que as crianças e os jovens hoje colocam à escola - , quer no papel que a formação contínua pode ter em relação aos trabalhadores que, por força das suas funções, contactam com os alunos, chegou-se a um consenso sobre parte significativa do articulado. A parte mais crucial de qualquer documento desta natureza reside normalmente na organização das carreiras, tabelas indicíarias e regimes transitórios.

Em reunião com o Secretário de Estado da Administração Educativa, foi apresentado pelo Ministério à FNE uma grelha salarial para as situações mais problemáticas que, não correspondendo totalmente ao que esta organização sindical poderia aceitar, introduzia já um passo significativo que, com pequenas alterações, poderiam viabilizar o acordo. Ambas as partes tinham consciência disso e assim chegaram a ser adiantadas datas possíveis para a sua assinatura.

A proposta que - com alterações - poderia viabilizar o acordo

A proposta da página seguinte foi apresentada em reunião com o Secretário de Estado da Administração Educativa com alterações poderia viabilizar o acordo.

Embora a reivindicação da FNE da contagem de todo o tempo de serviço prestado na categoria de chefe de administração escolar, ainda que em

regime de substituição, tivesse sido, de todo, considerada impossível de satisfazer pelo ministério, a revalorização dos índices em que estes trabalhadores se encontram seria uma forma de os compensar pela não contagem do tempo. Todavia a perspectiva de equiparação a chefes de repartição que vem de longa data exige que o índice de topo seja revalorizado.

A carreira dos auxiliares de acção educativa desaparece e dá lugar à carreira de assistente de acção educativa. Para esta carreira as novas admissões exigem como habilitação base o ensino secundário. Os conteúdos funcionais baseiam-se nos que neste momento são atribuídos aos auxiliares acrescidos de outros relacionados com a acção e apoio educativos, em estrita colaboração com os docentes.

A proposta previa um regime de transição em que a escala indicíaria se mantém com uma certa revalorização. Os actuais auxiliares integram esta carreira transitando para o índice igual ou imediatamente superior aquele em que se encontram posicionados. Os que possuem como habilitação o ensino secundário - na proposta sindical - para o 1º índice da categoria de base da nova categoria, proposta esta que diverge da do Ministério.

Uma insuportável marcha atrás

Nasemana seguinte, a 24 de Junho, é entregue na FNE uma proposta da Comissão Negociadora do Ministério da Educação que, baseando-se em pressupostos organizacionais diferentes daqueles que estiveram sobre a mesa ao longo das negociações, recua em questões já

(cont. pág. 10)

Os Trabalhadores Não Docentes das Escolas

I - CARREIRA DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

CATEGORIAS	ESCALÕES							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
ASSISTENTE DE ACÇÃO EDUCATIVA	Encarregado	285	300	315	335			
	Especialista	260	270	285	305	325		
	Principal	215	225	235	245	260	280	
	A.A.Educativa	185	195	105	215	225	235	

Ingresso: Curso do ensino secundário e formação profissional no 1º ano de funções ou assistente de acção educativa com formação profissional estabelecida em despacho do ME

Entrada em vigor: Janeiro de 2002

CARREIRA DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO (até 31.12. 2001)

ASSISTENTE DE ACÇÃO EDUCATIVA	CATEGORIAS	ESCALÕES							
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
	Encarregado	220	230	240	250				
	A.A.Educativa	130	140	150	160	175	185	205	215

Substitui a carreira de auxiliar de acção educativa até 31 de Dezembro de 2001;
Provimento de lugares apenas por transição dos actuais auxiliares de acção educativa, funcionários e agentes, de acordo com as seguintes regras:

- Auxiliares de Acção Educativa com o 11º ano e com seis ou mais anos de serviço, transitam para o 5º escalão 175;
- Restantes Auxiliares de Acção Educativa regra geral de transição

II - CARREIRAS DE CHEFE DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CATEGORIAS	ESCALÕES							
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Chefe de Serviço de Administração Escolar	370	390	420	465	480	500	530	

III - CRÉDITO PARA FORMAÇÃO: por iniciativa do trabalhador- 35h anuais

Impasse nas Negociações sobre a Carreira dos Trabalhadores Não Docentes das Escolas

(cont. pág. 8)

consensualizadas e subverte todas as aquisições obtidas nas negociações que decorreram ao longo dos últimos três anos.

Os pressupostos em que assenta a nova proposta são totalmente desajustados da realidade e divide os milhares de trabalhadores não docentes das escolas em trabalhadores de primeira e trabalhadores de segunda. A última proposta colocada sobre a mesa pela Comissão Negociadora é que as duas carreiras - auxiliares e assistentes - coexistam sendo que apenas há admissões para a nova categoria a partir do ano 2002. Os actuais auxiliares para integrarem a nova categoria seriam submetidos a um processo de reconversão profissional e concorreriam conjuntamente com os novos candidatos quando houvesse concurso.

Se tal solução viesse a ser aceite criaria um clima de grande instabilidade nas escolas dado que, por um lado, alguns conteúdos funcionais estão sobrepostos e, por outro, bastantes trabalhadores se veriam esbulhados da parte mais nobre das suas tarefas.

O comunicado divulgado pelos órgãos de comunicação social em que a FNE dá conta da situação criada pela proposta do dia 24 de Junho, veio provocar a maior instabilidade entre estes trabalhadores que depositam as maiores expectativas na celebração do acordo sobre o seu estatuto de carreira. Assim, tomaram a iniciativa de comunicar ao Secretário de Estado, pelos meios ao seu alcance, que "solidários com as posições da FNE se encontram disponíveis para levarem a cabo todas as formas de luta que forem decretadas pela sua organização sindical"

Face a esta situação o Executivo da FNE vai estabelecer a estratégia a desenvolver - que poderá implicar o desenvolvimento de formas de luta das

quais não se exclui a greve - para levar o Ministério a encontrar o caminho do acordo com a FNE.

Transcrição da carta endereçada à Presidente da Comissão Negociadora do Ministério da Educação em 28 de Junho pela Comissão Negociadora Sindical

"Acusamos a recepção do ofício supra referenciado acompanhado de um documento de trabalho que visa estabelecer o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e de ensino não superior.

Na reunião havida no dia 25 a Comissão Negociadora do Ministério teve oportunidade de justificar as alterações que introduziu nas propostas que já tinham sido consensualizadas e nas que se encontravam em fase de acerto final.

A Comissão Negociadora dos Sindicatos da UGT considerou a proposta do ME totalmente inaceitável e ficou de no dia de hoje formalizar a sua posição. Assim, nessa conformidade, após análise cuidada da proposta apresentada concluímos que a mesma se baseia em pressupostos organizacionais totalmente desajustados da realidade, que nunca foram equacionados na mesa de negociações e que seriam fonte da maior crispação entre os trabalhadores. Lamenta profundamente que a equipa ministerial tenha recuado em questões já consensualizadas e subvertido todas as aquisições obtidas nas negociações que decorreram ao longo dos últimos três anos.

Não entendemos útil qualquer tipo de proposta da nossa parte enquanto a questão de fundo não for ultrapassada

Entretanto, nesta data, a equipa negocial dará conta a todos os sindicatos do impasse a que se chegou, sugerindo o recurso a forma de luta como resposta ao "recuo" do Ministério"

A Gestão Flexível dos Currículos

por João Dias da Silva

Tem vindo a decorrer, em algumas escolas uma experiência designada por “gestão flexível do currículo”. O Ministério da Educação tem assegurado que, sob esta designação, pretende que em 2001/2002 todas as escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário estejam abrangidas pelas disposições normativas que agora estão em experiência. Ora, no nosso entendimento, uma tal decisão de generalização do que está a ocorrer como experiência não pode ser determinada desta forma meramente burocrática, sem que aqueles que vão ser chamados a concretizar estas medidas tenham uma palavra significativa sobre as condições da sua execução.

Identificação da experiência

Para compreendermos a matéria em apreço, vamos servir-nos fundamentalmente do Despacho nº 9590/99 (2ª série), de 14 de Maio, dele retirando o que nos parece mais relevante para a análise que aqui propomos:

a) a experiência decorre apenas no âmbito do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos);

b) as escolas interessadas em participar na experiência têm que apresentar um projecto específico, até ao dia 15 de Junho, pertencendo a decisão de integração ao director do departamento da educação básica, ouvida a direcção regional respectiva;

c) “gestão flexível do currículo” é definida como a *“possibilidade de cada escola organizar e gerir autonomamente o processo de ensino/aprendizagem, tomando como referência os saberes e as competências nucleares a desenvolver pelos alunos no final de cada ciclo e no final da escolaridade básica, adequando-o às necessidades*

diferenciadas de cada contexto escolar e podendo contemplar a introdução no currículo de componentes locais e regionais”;

d) o projecto pode implicar todas as turmas da escola candidata, ou as turmas de todo um ciclo de escolaridade dessa escola, ou finalmente todas as turmas do ano inicial de um ciclo da escolaridade básica;

e) a carga horária que os alunos frequentarão obrigatoriamente comporta as seguintes componentes:

- 25 horas lectivas, as quais no caso do 3º ciclo terão que incluir a iniciação de uma segunda língua estrangeira, uma área disciplinar de Educação Artística e Tecnológica (com as opções Educação Visual e Educação Tecnológica ou Educação Visual e Educação Musical);

- 2 horas de estudo acompanhado;

- 2 horas para o projecto interdisciplinar;

- 1 hora para a educação para a cidadania.

Vantagens e inconvenientes

É importante termos a ideia de que em educação se está em permanente construção e reconstrução de saberes e práticas; que a atitude do professor é, por natureza, reflexiva sobre as práticas e portanto introdutora de mecanismos de ajustamento e adaptação em função dos contextos e necessidades em que exerce a sua acção. Este facto é positivo, dinâmico e de resposta a uma sociedade em transformação.

Mas não se pode ter a ideia de que, no sistema educativo, se está permanentemente em experiência. Parece instalada uma tendência para uma permanente experimentação - tantas vezes sem que alguma vez se fiquem a conhecer os

A Gestão Flexível dos Currículos

resultados da avaliação que se faz sobre essas iniciativas. Ora, isto faz com que se crie nos diferentes actores sociais uma sensação de

Conclusão

Diz-nos o Ministério da Educação que esta experiência está a decorrer com grande sucesso em todas as escolas onde ela se tem vindo a processar.

Primeiramente, no entanto, cabe saber quais são as características da experiência em cada uma das escolas participantes, para que não estejamos a comparar resultados de intervenções diferentes.

A nosso ver, mais do que rever as cargas horárias das disciplinas, parece mais importante questionar os conteúdos das disciplinas, quer na sua selecção, quer na sua extensão, de forma



instabilidade e insegurança em nada favoráveis ao empenhamento na acção que a todos cabe desenvolver, sejam eles os professores, os pais ou os alunos.

Por outro lado, causam-nos preocupações sérias as consequências que podem advir de uma instabilidade excessiva no que diz respeito à selecção das disciplinas leccionadas em cada escola e à respectiva carga horária. Daqui pode resultar instabilidade na definição dos quadros de professores de cada escola, o que se traduzirá em insegurança na relação laboral destes agentes educativos. Ora, um tal regime de instabilidade e insegurança, porque prejudicial à qualidade do sistema educativo, merece uma reprobção absoluta.

Deste modo, sendo embora interessantes alguns benefícios desta experiência, ficamos sobressaltados com a margem de riscos que se estão a correr, os quais devem ser acautelados.

a garantir que no seu conjunto se adquiram conhecimentos, se proporcionem a educação estética, a educação física e a educação tecnológica e se promovam ainda atitudes de estudo, de investigação, de experimentação, de auto-afirmação, de responsabilidade, de vivência democrática.

Assim, não se deve eliminar do âmbito de cada disciplina o trabalho que a cada professor deve caber de incentivar nos seus alunos hábitos e metodologias de estudo nessa sua disciplina.

Depois, há que reflectir sobre o modelo escolhido para conduzir a introdução desta inovação no nosso sistema educativo. É que não podemos estabelecer que, sendo bons os resultados da experiência em curso, se possa partir para a sua generalização, tendo como adquirido que da mesma forma o sucesso estará garantido para todas as escolas. Com efeito, temos bem presente que muitas vezes uma experiência decorre bem em contextos

A Gestão Flexível dos Currículos

limitados e que, depois, transferida para um universo mais vasto, não regista idênticos índices de sucesso. Sabemos como é importante para a qualidade da experiência a atenção que lhe é prestada pelos diferentes níveis da administração e até a disponibilização de recursos que garantem a sua eficácia, sem poder deixar de registar o pioneirismo de que a experiência se reveste e que mobiliza os seus intervenientes. Ora, a verdade é que, posteriormente, na fase da generalização, não estão garantidos estes elementos e portanto aumentam as margens de insucesso. Não é, pois, o factor sucesso da experiência que nos pode dar garantias de que podemos passar à fase de generalização sem proporcionar a presença de outros pressupostos.

Não estamos com isto a querer que tudo fique na mesma, nem estamos conformados com as insuficiências que detectamos no modo de funcionamento do sistema educativo. Julgamos, antes, imprescindível que se actue de uma forma congruente e sistémica neste sector da vida nacional, havendo lugar a ajustamentos estruturais que não se compadeçam com esperas que só terão efeitos negativos nas sociedades vindouras. Mas a resposta não pode consistir em mudar só por mudar. Nem tão pouco em agir pontualmente sem ter em conta as implicações com tudo quanto rodeia cada área de acção.

Deste modo, não podemos esquecer que há que intervir no âmbito da formação inicial dos docentes e na sua adequação às novas exigências

decorrentes dos novos papéis atribuídos aos professores; há que intervir na esfera da formação contínua de docentes e na sua capacidade de resposta às efectivas necessidades de actualização e adaptação para os novos desafios da escola do nosso tempo; há que intervir no domínio dos equipamentos educativos, quer no que diz respeito aos espaços físicos - centros de recursos, polidesportivos, laboratórios, oficinas,... - quer no que diz respeito aos recursos de apoio - computadores, ligação à Internet, materiais de desgaste...; há que intervir de forma a garantir que os diferentes sectores do Ministério da Educação trabalhem articuladamente e sem que um esteja a limitar o que outro determina.

Intervir para mudar no sistema educativo não pode limitar-se a mudanças de designação de actividades já existentes; intervir para mudar no sistema educativo significa alterar atitudes e práticas, num esforço coerente e congruente de



vários agentes, garantindo-se aos alunos e à sociedade em geral uma oferta educativa de qualidade.

9º CONGRESSO da CONFEDERAÇÃO EUROPEIA de SINDICATOS

"A Europa pelo Emprego"

Entre 29 de Junho e 2 de Julho, decorreu em Helsínquia o 9º Congresso da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), com a presença de cerca de 1000 delegados em representação das confederações sindicais que a constituem.

A representação portuguesa pela UGT, liderada pelo seu secretário-geral, João Proença, integrava ainda a Presidente da UGT e secretária-geral da FNE, Manuela Teixeira, a Coordenadora da Comissão das Mulheres, Wanda Guimarães e os presidentes dos Sindicatos de Professores da Zona Norte (João Dias da Silva), dos Bancários do Sul e Ilhas (Delmito Carreira) e dos Bancários do Norte (Firmino Marques).

Como suplentes participaram, ainda, os membros do secretariado executivo da Central Guerra de Oliveira e Rui Oliveira e Costa.

ROMANO PRODI e MÁRIO SOARES falaram ao congresso

No primeiro dia de trabalhos, entre os intervenientes, contou-se o novo Presidente designado da Comissão Europeia, Romano Prodi. No seu discurso, salientou o papel que a CES desempenhou recentemente na defesa da definição de uma política europeia de emprego, do que resultou a introdução, no Tratado de Amsterdão, de referências concretas à dimensão do emprego na construção social da União Europeia. Prodi referiu-se ainda às próximas cimeiras de Helsínquia

e de Lisboa, em 1999 e 2000, como cruciais na área da política de emprego em todos os países da União.

Ainda na sessão de abertura, usaram da palavra o Presidente e o Secretário-Geral da CES, para além da presidente da Câmara Municipal de Helsínquia e do ministro

do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Alemanha, já que nesta data a presidência da União pertencia a este país.

O ministro alemão salientou o contributo da recente cimeira de Colónia para o desenvolvimento de acções concretas de resposta aos problemas do emprego, questão debatida pelos sindicalistas no



Registe-se que neste Congresso participou, também, como membro da delegação do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) a respectiva vice-presidente, Paula Borges, que é ainda secretária executiva da FNE e vice-presidente do SPZN.

9º CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS

"A Europa pelo Emprego"

debate que se seguiu.

No terceiro dia de trabalhos, Mário Soares, na qualidade de Presidente do Movimento Europeu, dirigiu-se a todos os congressistas, tendo posto em relevo as mais importantes linhas de força deste Congresso.

Mas os trabalhos foram assinalados pela presença ainda do Director Geral da Organização Internacional do Trabalho, do Primeiro Ministro da Finlândia (Paavo Lipponen) - o qual falou no primeiro dia da presidência finlandesa da União Europeia, constituindo o seu primeiro acto público nessa qualidade -, e ainda Jacques Santer, Presidente da Comissão Europeia. "Sem a contribuição dos sindicatos não haverá construção da União Europeia", salientou Santer na sua intervenção.

Aprovada a Resolução Geral sobre Política Sindical

Este 9º Congresso da CES apreciou e aprovou o Relatório de Actividades e o Relatório Financeiro relativos ao período de 1995 a 1998, tendo ainda procedido à eleição do Presidente, do Secretário-Geral, dos Secretários-Gerais Adjuntos e dos Comissários de Contas.

O Congresso aprovou também, no seguimento de um grande debate, uma resolução geral sobre a política sindical a desenvolver pela CES nos próximos anos.

Esta resolução parte da verificação da necessidade que o movimento sindical sente de alterar as suas políticas e as suas formas de organização para responder aos desafios que decorrem da mundialização da economia e da emergência da sociedade de informação, sem esquecer nunca os seus valores e objectivos fundamentais: democracia, paz, justiça social,

pleno emprego e solidariedade.

Foi neste sentido que, de entre as linhas de acção discutidas e aprovadas, se registam as seguintes:

a) promover e defender os valores fundamentais e as instituições do modelo social europeu em todos os seus níveis;

b) pressionar a União Europeia, bem como os Governos dos Estados membros, a que tomem iniciativas de âmbito internacional para instaurar um quadro de regras e de políticas que permita evitar as consequências sociais nefastas da mundialização e reorientá-la no sentido de um verdadeiro desenvolvimento económico para todos;

c) considerando que as mulheres constituem a maioria da mão-de-obra barata na nova repartição mundial do trabalho, é vital evitar que a mundialização faça aumentar as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho;

d) reivindicar uma estratégia europeia de investimentos públicos nas infraestruturas, na inovação e na investigação;

e) reclamar uma redistribuição da carga fiscal para a tornar mais favorável ao emprego e promover novos recursos para satisfazer novas necessidades, tanto no plano nacional como no europeu.

De entre as intervenções feitas na apreciação da resolução geral do Congresso, regista-se a do **secretário-geral da UGT, João Proença**, o qual afirmou nomeadamente "seremos tanto mais fortes quanto mais capazes de promover o combate à pobreza, à



9º CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS

"A Europa pelo Emprego"

exclusão e às discriminações, promovendo a igualdade de oportunidades, a diminuição das desigualdades na distribuição dos rendimentos e um desenvolvimento harmonioso no espaço comunitário.". Depois - e para além de uma referenciada solidariedade com o povo de Timor-Leste, João Proença referiu: "No emprego e nos direitos sociais e de cidadania, precisamos de uma Europa cada vez mais forte, em termos políticos, económicos, sociais e culturais. Uma Europa capaz de falar a uma só voz na política externa, de cooperação e de comércio, na política industrial ou de investigação e desenvolvimento."

Manuela Teixeira - enquanto **Presidente da UGT** - dirigiu-se ao Congresso no debate da resolução de política específica, a qual vincava a importância da concertação social. Por isso, **Manuela Teixeira** afirmou: "A regulação económica e social, cuja necessidade é

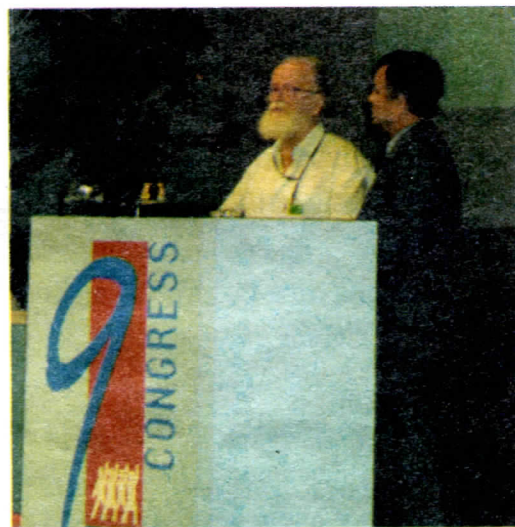
patente, impõe um esforço permanente de concertação social aos níveis nacional e europeu. A concertação deve articular-se, obviamente, com a negociação colectiva, já que é pelas duas vias que podem defender-se melhor os interesses dos trabalhadores que a todos nos compete defender".

Os trabalhos do Congresso concluíram com

uma cerimónia em que todos os líderes das confederações presentes se comprometeram solenemente no cumprimento da resolução adoptada por expressiva maioria pelo Congresso.

CONGRESSO solidário como KOSOVO

Um dos momentos mais significativos e emocionantes do Congresso registou-se quando o delegado dos sindicatos do Kosovo, Hajmlah Gorani, usou da palavra. Na sua intervenção, este sindicalista deu conta das perseguições de que ele e muitos outros sindicalistas foram alvo da repressão política que se abateu sobre o povo kosovar. Lembrou, nomeadamente, que ao sucessivo fecho da Universidade e das escolas, o povo kosovar respondeu dando aulas às suas crianças e jovens em catacumbas. Angustiado por nunca ter vivido em democracia, lançou um apelo



e deixou uma palavra de esperança na solidariedade internacional, exigindo o respeito pelo direito do seu povo à paz e a instituições democráticas.

Da Sérvia, interveio Branislav Canak, o qual pôs em relevo o simbolismo do encontro destes dois oradores no Congresso da CES, referindo que entre trabalhadores não poderia haver conflitos.

9º CONGRESSO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE SINDICATOS

"A Europa pelo Emprego"

exclusão e às discriminações, promovendo a igualdade de oportunidades, a diminuição das desigualdades na distribuição dos rendimentos e um desenvolvimento harmonioso no espaço comunitário.". Depois - e para além de uma referênciade solidariedade com o povo de Timor-Leste, João Proença referiu: "No emprego e nos direitos sociais e de cidadania, precisamos de uma Europa cada vez mais forte, em termos políticos, económicos, sociais e culturais. Uma Europa capaz de falar a uma só voz na política externa, de cooperação e de comércio, na política industrial ou de investigação e desenvolvimento."

Manuela Teixeira - enquanto **Presidente da UGT** -

dirigiu-se ao Congresso no debate da resolução de política específica, a qual vincava a importância da concertação social. Por isso, **Manuela Teixeira** afirmou: "A regulação económica e social, cuja necessidade é

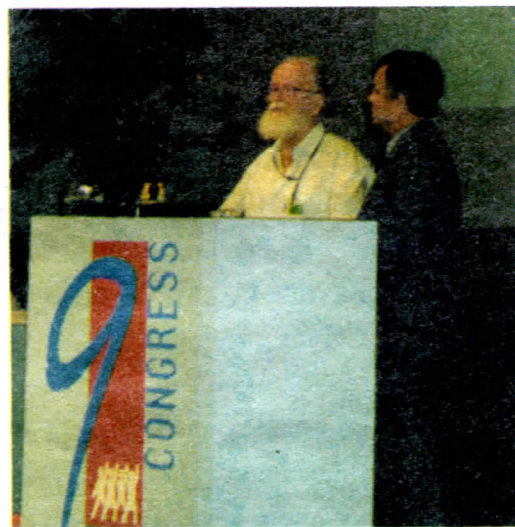
patente, impõe um esforço permanente de concertação social aos níveis nacional e europeu. A concertação deve articular-se, obviamente, com a negociação colectiva, já que é pelas duas vias que podem defender-se melhor os interesses dos trabalhadores que a todos nos compete defender".

Os trabalhos do Congresso concluíram com

uma cerimónia em que todos os líderes das confederações presentes se comprometeram solenemente no cumprimento da resolução adoptada por expressiva maioria pelo Congresso.

CONGRESSO solidário como KOSOVO

Um dos momentos mais significativos e emocionantes do Congresso registou-se quando o delegado dos sindicatos do Kosovo, Hajmlah Gorani, usou da palavra. Na sua intervenção, este sindicalista deu conta das perseguições de que ele e muitos outros sindicalistas foram alvo da repressão política que se abateu sobre o povo kosovar. Lembrou, nomeadamente, que ao sucessivo fecho da Universidade e das escolas, o povo kosovar respondeu dando aulas às suas crianças e jovens em catacumbas. Angustiado por nunca ter vivido em democracia, lançou um apelo



e deixou uma palavra de esperança na solidariedade internacional, exigindo o respeito pelo direito do seu povo à paz e a instituições democráticas.

Da Sérvia, interveio Branslav Canak, o qual pôs em relevo o simbolismo do encontro destes dois oradores no Congresso da CES, referindo que entre trabalhadores não poderia haver conflitos.